



Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, n. 28, ago. 2010

A natureza da capacidade contributiva

Alessandro Antonio Passari

Páginas: 17 a 46
Total de páginas: 30

Mercado e concorrência: abuso de poder econômico e concorrência desleal

Arthur Zeger

Páginas: 47 a 68
Total de páginas: 22

Crise financeira de 2008: a intervenção do Estado no domínio econômico

Felipe Cesar José Matos Rebêlo

Páginas: 69 a 80
Total de páginas: 22

O orçamento participativo e o papel do Estado

Gabriela Soares Balestero

Páginas: 81 a 96
Total de páginas: 16

Os antecedentes da crise econômica

Marcello S. Godinho

Páginas: 97 a 116
Total de páginas: 20

Sanções políticas no direito tributário: precedentes e atualidades

Maria Luiza Jansen Sá Freire de Souza

Páginas: 117 a 126
Total de páginas: 10

A lei nº 7.988/89 e a Súmula nº 584 do Supremo Tribunal Federal

Paulo Vital Olivo

Páginas: 127 a 140
Total de páginas: 14

Legalidade financeira e ativismo judicial: judicialização das políticas públicas

Raquel de Andrade Vieira Alves

Páginas: 141 a 166
Total de páginas: 26

Responsabilidade tributária pela dissolução irregular da sociedade: início do prazo de prescrição para o redirecionamento da execução

Rosane Silva Lima

Páginas: 167 a 184
Total de páginas: 18

Interpretação justa e transação tributária

Tiago Vasconcelos Severini

Páginas: 185 a 206
Total de páginas: 22

Tributário. Contribuição social do empregador sobre a 'folha'. Primeiros 15 dias de afastamento do doente ou acidentado. Salário maternidade. Férias e acréscimo de 1/3. Aviso prévio indenizado. Segurança parcialmente concedida

Adriano Saldanha Gomes de Oliveira

Páginas: 207 a 216
Total de páginas: 10

IRPF, decadência e acréscimo patrimonial a descoberto

Eduardo Moraes da Rocha

Páginas: 217 a 224
Total de páginas: 8

Revelia e descumprimento de normas processuais administrativas editadas pelo próprio INSS

Roberto Gil Leal Faria

Páginas: 225 a 234
Total de páginas: 10

É a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) responsável por alegados prejuízos sofridos por investidores de Contratos de Investimento Coletivos (CICs)?

Vellêda Bivar Soares Dias Neta

Páginas: 235 a 242
Total de páginas: 8

Competência privativa para legislar sobre energia e licenciamento ambiental

Eugênio Rosa de Araújo

Páginas: 243 a 264
Total de páginas: 22

Princípios de probidade e boa-fé

José A. Camargo

Páginas: 265 a 288
Total de páginas: 24

As convenções de genebra e o Estatuto de Roma: normas de efeito moral?

Luiz Henrique Lucas Barbosa

Páginas: 289 a 320
Total de páginas: 32